

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu na Sala das Sessões, no Edifício dos Paços do Concelho, o CME – Conselho Municipal de Economia, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP – Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira cumprimentou os Senhores Conselheiros, o Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Vereador Ricardo Valente, e deu início ao Conselho Municipal de Economia – Casa dos 24 com a tomada de posse dos novos membros.

O Senhor Diretor Municipal da Presidência, Adolfo Sousa leu a ata da tomada de posse dos novos membros: “Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, no Edifício dos Paços de Concelho, a fim de serem empossados como membros do Conselho Municipal de Economia do Porto, também designada por “Casa dos 24”, nos termos do disposto no artigo 16.º do Regulamento do Conselho, compareceram perante o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho Araújo Moreira, os seguintes novos representantes designados pelo Despacho NUD/248301/2022/CMP do Senhor Presidente da Câmara do Porto, nos termos da alínea m), do n.º 1 do artigo 4.º do respetivo Regulamento do Conselho: Fernando Freire de Sousa, Guilherme Costa, Miguel Pereira Leite, Francisco Ramos e Patrícia Teixeira Lopes. O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho Araújo Moreira, após ter verificado, pelo conhecimento direto e pessoal a identidade e a legitimidade dos cidadãos presentes, declarou-os como Membros do Conselho Municipal de Economia do Porto. Para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e considerada conforme vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelos presentes que hoje tomam posse e por mim, Adolfo Sousa, que a redigi.”

Ordem de Trabalhos

1. Ata da ata da reunião do Conselho Municipal de Economia de 30 de junho de 2021.

Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião de 30 de junho de 2021.

2. Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto:

- **Apresentação;**
- **Discussão;**
- **Execução/acompanhamento.**



O Senhor Vereador Ricardo Valente apresentou a Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto. (Anexo II)

Deu nota de que o relatório completo será entregue a todos os Conselheiros.

Afirmou que quer ouvir a opinião dos Conselheiros e discutir o modelo de *governance* deste Plano Estratégico, porque pretendem que este tenha uma identidade, quase de missão, que acompanhe a execução do Plano.

Sublinhou que pretendem que este seja um Plano Estratégico de Cidade e não do Município; e que envolva os *stakeholders* da Cidade nas várias vertentes.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que esta informação vai ser distribuída aos Senhores Conselheiros e, provavelmente, terão de marcar uma segunda reunião do Conselho para discutir toda a documentação.

Referiu que existe uma questão de escala que se coloca em primeiro lugar pela dimensão populacional; pelo envelhecimento populacional, que também reduz escala; e pela dimensão geográfica esgotada. Referiu que, neste momento, o Porto está basicamente todo construído e edificado, ou seja, basicamente não existe terra, o que quase os transforma numa ilha, e isto causa-lhes alguma preocupação. Sublinhou que esta preocupação poderia ser atenuada pela geografia metropolitana se a Área Metropolitana tivesse uma maior coerência.

Referiu-se aos limites da Área Metropolitana do Porto. Disse que a questão da escala é complicada pelo facto de as Áreas Metropolitanas terem orçamentos muito limitados. Deu nota de que o financiamento das Áreas Metropolitanas é praticamente inexistente, ou seja, as Áreas Metropolitanas são órgãos políticos, de coordenação política e não têm dimensão orçamental, o que implica que políticas metropolitanas sejam de difícil implementação. Acrescentou que para além disto existem dificuldades entre as forças centrífugas e as forças centrípetas; e entre aquilo que são as justas pretensões dos territórios de mais baixa densidade que se querem apropriar daquelas que são as suas competências. Deu nota de que esta situação leva a que projetos estruturantes em municípios metropolitanos não mereçam sequer a consulta dos parceiros, deu como exemplo aquilo que se está a passar com a ex-refinaria em Matosinhos. Sublinhou que se abdicou de ter uma componente industrial sem que o assunto tenha merecido qualquer discussão a nível metropolitano. Referiu que a terceirização daquele território tem um enorme impacto metropolitano e ninguém se pode pronunciar sobre isso. Afirmou que esta é uma forte preocupação que tem.

Sublinhou que a própria geografia sociopolítica da área metropolitana não é homogénea, existe uma falta de homogeneidade, o que tem propiciado conversas, por exemplo, com o Município da Maia, cujo Presidente entende que o Porto e a Maia deviam ser um único município com uma política comum.

Disse que o maior constrangimento deste Plano, na sua opinião, é a falta de dimensão e a falta de capacidade que têm de intervir em políticas metropolitanas que são cruciais.

O Senhor Presidente do Conselho Geral da UP – Universidade do Porto, Fernando Freire de Sousa perguntou se estão a apreciar este documento no sentido de dar sugestões e analisar formas de lhe poder dar uma estrutura de governação adequada ou o próprio documento está sujeito a alterações e discussões no âmbito deste Conselho.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira respondeu que o documento está sujeito a discussão e alterações.

Deu nota de que este documento é da EY, foi apresentado em Executivo Municipal, está a ser agora apresentado aos Senhores Conselheiros e será depois apresentado publicamente. Sublinhou que este é ainda um *work in progress*, não é um documento fechado.

O Senhor Presidente do Conselho Geral da UP, Fernando Freire de Sousa considerou que devia haver um período de tempo para apresentarem sugestões.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que foi por essa razão que sugeriu voltarem a reunir em breve sobre o assunto. Sublinhou que podem ter agora uma discussão, mas naturalmente não está à espera que os Senhores Conselheiros apresentem sugestões, pois ainda não conhecem o documento em profundidade. Propôs reunir em breve.

O Senhor Presidente do Conselho Geral da UP, Fernando Freire de Sousa disse que a apresentação pública do documento ganhava em ser uma apresentação já pré-final, ou seja, já muito próxima daquele que é o documento final.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a apresentação pública pode ser o início de uma discussão pública. Admitiu que uma apresentação pública pode trazer a participação de alguns *players* e *stakeholders* que não estão representados no CME.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que este documento foi feito numa lógica *bottom-up*, o que não significa que todas as pessoas que queriam participar o tenham feito. Referiu que têm diferentes interlocutores que querem participar em diferentes momentos. Afirmou que a ideia basicamente é terem um trabalho sistematizado, que tem de ser discutido, pois há questões que podem ser alteradas ou redefinidas. Explicou que a ideia da apresentação pública é que a Cidade olhe para esta matéria como algo que pode discutir, mas não querem arrastar a discussão eternamente.

Afirmou que este documento é um relatório preliminar, que está aberto a todo o tipo de sugestões.

O Senhor Presidente do Conselho Geral da UP, Fernando Freire de Sousa louvou o trabalho realizado e a apresentação do Senhor Vereador Ricardo Valente. Deu os parabéns a toda a estrutura da Câmara que trabalhou nesta matéria.

Referiu que a afirmação “Porto como líder, íman e motor da macrorregião do noroeste português”, presente na apresentação, tem imensas implicações de todo o tipo, algumas das quais podem ser vistas de forma perversa. Considerou que seria positivo haver uma discussão e uma perceção bem assumida das consequências. Colocou a pergunta se o Porto quer ser mesmo o líder, o íman e o motor da macrorregião do noroeste português. Referiu que a macrorregião do noroeste português é basicamente uma macrorregião industrial. Considerou que existem algumas questões que valia a pena clarificar sob pena de o documento poder ser mal interpretado.

O membro do CME, Francisco Ramos considerou que o modelo de governo é uma peça fundamental para garantir a exequibilidade e o sucesso da Estratégia que foi apresentada.

Relativamente ao modelo de governo, disse que este deve ser um modelo clássico, ou seja, que tenha um *steering committee* em que o *sponsor* seja o Senhor Presidente de Câmara, tendo em consideração o relevo desta estratégia para a Cidade. Referiu que o *steering committee* devia ter elementos internos da CMP, mas também elementos externos; devia ter uma equipa de direção que, na sua opinião, devia ser liderada pelo Senhor Vereador Ricardo Valente.

Em relação aos *project managers*, considerou que seria saudável, porque foi dito que esses *project managers* são da CMP, que, em cada uma das áreas desse *project manager*, a equipa que estará responsável por cada um deles possa ter algum especialista externo que acompanhe regularmente o trabalho que está a ser feito nessa área; que possa permanentemente alimentar conhecimento relativamente à área em causa; e que também possa regularmente injetar informações atualizadas das tendências que se passa em cada uma das áreas, porque esse especialista terá seguramente mais conhecimento do que os elementos da CMP.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a questão da *governance* é crítica e está preocupado com a forma como a podem fazer; considerou que não têm forma de a internalizar na Câmara, ou seja, desde logo a forma de contratação de recursos humanos na Câmara não aconselha a que isso seja feito de uma forma endógena. Referiu que o modelo fundacional em Portugal, por razões diversas, é visto como algo perverso e por isso talvez tivessem de recorrer, por exemplo, à Academia e a partir daí o Município apoiar financeiramente a Academia.

Na sua opinião, seria mais útil fazer isto fora sendo financiado com fundos públicos e não existe dificuldade em levar ao Executivo um apoio de longo prazo, plurianual nesta matéria.

O membro do CME, Carlos Caldeira disse que, na sua opinião, estes planos só estão completos quando têm a calendarização das ações, os investimentos necessários e os resultados

e impactos pretendidos. Considerou que devia existir um documento paralelo com referência a estas questões.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que isso está previsto nas 28 medidas, ou seja, em cada uma delas está identificado o montante de investimento previsto, mínimo e máximo, e têm previstas as fontes de financiamento disponíveis. Realçou que este não é um plano estratégico do Município, é um plano estratégico da Cidade, o que significa que entre as pessoas afirmarem que estão disponíveis e as pessoas estarem efetivamente disponíveis existe uma grande diferença. Concordou com o Senhor Carlos Caldeira mas não podem atirar a culpa para o agente público, porque grande parte dos problemas em Portugal não são dos agentes públicos, são da incapacidade de várias entidades de passarem da palavra aos atos.

Afirmou que é preciso ter a coragem de assumir que depois de fechar o documento vão chamar os *stakeholders* e as pessoas e perguntar-lhes se querem formar um "consórcio" e só depois de saberem quem são os intervenientes é que podem medir resultados e ter objetivos.

Referiu, em relação à solução de transição digital, que têm um montante de investimento entre 10 milhões e 15 milhões de euros e já têm elencada a fonte de financiamento; já estão identificadas as articulações dentro do Portugal 2030; e já estão corporizados os parceiros potenciais. Sublinhou que cada um dos projetos tem uma ficha técnica.

O membro do CME, Carlos Caldeira perguntou se já têm os resultados esperados quantificados, pois essa parte permite aferir o montante do financiamento.

Afirmou que se não tiverem as metas quantificadas é mais fácil aos *stakeholders* dizerem que estão disponíveis para participar. Sublinhou que se não for feita uma quantificação daquilo que querem obter em termos de resultados e de impactos é difícil depois aferir se o projeto está a dar os resultados que pretendem. Acrescentou que tradicionalmente em Portugal têm sempre uma grande aversão em quantificar os resultados e os impactos que querem obter, porque depois, na prática, são avaliados por isso.

Em relação ao I&D, disse que os números referidos o deixam um pouco triste, mas a verdade é que são quase inevitáveis. Referiu que, há uns anos, 80% do investimento I&D privado a nível europeu era assegurado pela indústria transformadora, portanto, se a Cidade não tem indústria transformadora vai ter muita dificuldade comparativamente com outros espaços que a possuem. Disse que se tiverem uma atividade muito assente no Turismo ou em Serviços não intensivos em conhecimento nunca vão ter grandes taxas de investimento I&D. Considerou que quando apresentarem esses números seria interessante que os mesmos fossem apresentados segmentados por grandes atividades, comparando-os com outras realidades, mas de atividades semelhantes.

Afirmou que podem não ter atividade industrial, mas podem ter serviços associados à atividade industrial que podem alavancar algum deste desenvolvimento e contribuir para um aumento deste investimento.



Disse que se as agendas do PRR forem aprovadas vão ter um impacto significativo não só no investimento I&D, mas também na cooperação.

Na sua opinião, a questão do mar e a questão da saúde carecem de abordagens muito diferentes. Referiu que no caso da Saúde já existe uma grande capacidade de realização de I&D na Região e já existe uma dinâmica económica e uma dinâmica empresarial que é capaz de transformar isso em inovação e em empregos. Na área do mar, disse que existe uma capacidade de I&D significativa, mas existe uma enorme lacuna em termos de atividade empresarial. Sublinhou que se a Cidade quiser fazer algo sobre essa matéria vai ter de apostar na atração de investimento de empresas estrangeiras que se queiram instalar na Cidade, o que tem consequências em termos de espaços, de financiamentos, entre outras; e apostar no empreendedorismo.

O representante da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, Pedro Guerreiro deu os parabéns pelo trabalho sólido e consistente que foi apresentado.

Disse que quando se fala em atração de recursos financeiros não se podem esquecer que têm de atrair recursos humanos qualificados e esta é uma grande dificuldade, que desconhece se está contabilizada no estudo.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que isso não está contabilizado, isso é um desafio que têm pela frente. Realçou que a questão dos recursos e do talento é algo transversal que tem de ser trabalhado em diferentes momentos e em diferentes áreas. Sublinhou que é preciso perceber que políticas é têm de adotar para resolver a questão da escassez de talento.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que têm de deixar de ser exportadores líquidos de mão-de-obra qualificada para serem importadores líquidos de mão-de-obra qualificada, o que, aliás, já se está a verificar com os “nómadas digitais”.

Afirmou que têm de ter a ambição de ter uma cidade suficientemente atrativa para captar recursos humanos qualificados. Considerou que essa ambição está atualmente a ser concretizada na Cidade.

O representante da CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical, Filipe Pereira agradeceu o convite para estar presente como conselheiro.

Revelou que tem algumas preocupações que não viu refletidas no documento, mas terá de fazer uma análise mais profunda do mesmo.

Afirmou que não vê nenhum campo relativamente àquilo que é a valorização do trabalho e dos trabalhadores. Considerou que devia haver um projeto virado para a criação de emprego sustentável; emprego com condições; emprego que valorize os trabalhadores; e emprego com salários dignos. Perguntou, relativamente à criação de emprego, em que se traduzirá este plano. Perguntou quais as previsões do Plano em relação à capacidade de reindustrialização da Cidade.

Em relação ao apoio às micro e pequenas empresas, perguntou o que está contemplado neste Plano.

Perguntou o que é que o Plano permite em termos de fixação da população.

Referiu que é importante verificar se este financiamento terá realmente valor acrescentado e se o próprio financiamento se traduzirá em criação de emprego e emprego com condições dignas.

Afirmou que este é um documento exaustivo que necessita de reflexão e de uma análise mais profunda. Sublinhou que irão apresentar mais propostas no sentido de melhorar o documento do ponto de vista de quem trabalha e da valorização dos trabalhadores.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que querem trabalho qualificado pois é este que garante o rendimento às famílias. Afirmou que a vocação do País é formar pessoas que tenham a possibilidade de assim terem um acesso mais digno ao mercado de trabalho.

Relativamente à industrialização, referiu que, na sua primeira intervenção, chamou a atenção para o problema de métrica existente. Sublinhou que têm aparecido vários projetos na Cidade do Porto que têm endossado a municípios vizinhos, porque simplesmente a Cidade do Porto está toda construída.

Mostrou-se preocupado com o encerramento da refinaria em Matosinhos neste momento e que esteja a ser usada para uma terciarização e não para fixar indústria numa altura em que se sabe que a Europa precisa de reforçar a cadeia de valor, mas não são ouvidos em relação a esta matéria.

Afirmou que a diminuição da população no Porto não se deu por causa do Turismo. Explicou que a diminuição da população decorreu na Cidade do Porto entre os finais da década de 80 do Século passado e o ano de 2015 e desde aí praticamente não houve perda de população. Sublinhou que durante aquele período o Porto tinha muito pouco Turismo. Sublinhou que o Turismo tem impactos positivos e impactos negativos e concordou com a afirmação de que não podem ter uma monocultura do Turismo.

Referiu que a ideia de que o Turismo tem levado à perda de população é falsa porque não corresponde à realidade. Sublinhou que o Porto perdeu população porque desapareceram da Cidade um conjunto de serviços, nomeadamente os serviços ligados à atividade portuária, transitória e despachante, porque houve uma deslocalização dessa atividade. Referiu que essa deslocalização teve um enorme impacto, por exemplo, no Centro Histórico.

Acrescentou que outra razão para a diminuição da população foi a escassez de terreno no Porto e os municípios vizinhos criaram, eles próprios, centralidades.

Disse que houve um conjunto de fatores que levou objetivamente a que a Cidade perdesse e não fosse capaz de captar população.

Referiu ainda a péssima qualidade da habitação que existia na Cidade e deu como exemplo o Centro Histórico, que as pessoas abandonaram por causa da falta de qualidade da habitação.

Afirmou que uma monocultura numa Cidade leva à degradação do terreno e aumenta o impacto dos ciclos económicos e, portanto, devem ser capazes de diversificar e essa diversificação deve

ser feita através da especialização em determinados setores; realçou que é isto que este plano propõe. Sublinhou que se o plano tiver sucesso pode beneficiar as políticas sociais.

O representante da CGTP-IN, Filipe Pereira disse que o Turismo teve impactos no afastamento da população da Cidade. Lembrou as notícias que davam conta da pressão exercida pelos senhorios para despejar os seus inquilinos, tendo em conta a possibilidade de investimento devido ao aumento desenfreado do Turismo.

Sublinhou que não houve, em mandatos anteriores, investimento na requalificação dos edifícios. Referiu-se ao custo da habitação na zona central, dizendo que poucas pessoas conseguem comprar casa na Cidade do Porto, o que as leva a deslocarem-se para outros concelhos.

Quanto à questão da indústria, disse que as pessoas tentam procurar habitação o mais perto possível daquela que é a sua zona de emprego.

Relativamente ao trabalho qualificado, disse que o que acontece é que, muitas vezes, o trabalho qualificado não é devidamente valorizado. Referiu que a valorização do trabalho é um dos grandes défices que a Cidade tem. Na sua opinião, só pagando salários dignos e justos é que vão conseguir captar talento.

Referiu-se à destruição do aparelho produtivo da Cidade do Porto e deu como exemplo o caso da refinaria. Disse que, reconhecendo que a CMP não foi ouvida nesta questão, considera que a Câmara tem sempre uma palavra a dizer, porque é perceptível que o encerramento daquele complexo petroquímico é um crime. Sublinhou a destruição de mão-de-obra qualificada que se deu com o encerramento da refinaria. Realçou os impactos do encerramento da refinaria para Matosinhos, para toda a área metropolitana do Porto e para o próprio País.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, em termos de habitação na Cidade do Porto, não se podem esquecer que têm cerca de 14% da população a viver em habitação pública, sendo que a média nacional é abaixo dos 3%; na Cidade do Porto a habitação social por apartamento custa 52 euros e a qualidade é apreciada e, portanto, o esforço que o Município do Porto faz atualmente em termos de habitação é considerável.

Considerou que se devem orgulhar das políticas públicas de habitação que são indexadas aos salário e ao rendimento das pessoas.

Sobre a refinaria, disse que o Município de Matosinhos e a sua população há muito reclamavam a saída da refinaria, o que lhe causou sempre estranheza, porque parecia-lhe mais fácil pedir a reconversão da refinaria do que a sua extinção.

Afirmou que sempre acreditou na industrialização e que se deveria ter avançado para uma reconversão e não para a diabolização da refinaria.

Considerou que a inserção do Porto de Leixões na malha urbana de Matosinhos foi um grande sucesso, mas essa também está atualmente debaixo de fogo, ou seja, há um conjunto de pessoas em Matosinhos que contestam a presença do Porto de Leixões.

Disse que as políticas públicas são a expressão da vontade das pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feye de Azevedo

disse que esteve envolvido numa fase de luta a favor da manutenção da refinaria, no tempo do Primeiro-Ministro Santana Lopes.

Referiu que, há 20 anos, o incêndio na refinaria foi aproveitado para tentar fechar a refinaria e a situação do ponto de vista económico era muito difícil. Afirmou que havia a ideia de que um país devia ter dois polos de produção associada a combustíveis e energia para não se ficar totalmente dependente em caso de haver um problema.

Disse que as condições estratégicas de energia mudaram radicalmente nos últimos anos e este é o problema número um do ponto de vista da estabilidade do Mundo.

Considerou que era muito difícil manter a refinaria neste momento.

Referiu que aquilo que é grave é não ter havido um plano que ultrapasse o Município de Matosinhos e que ultrapasse a Galp, porque aquela é uma área de extraordinário potencial, infelizmente também imobiliário.

Considerou que o Porto tem de fazer parte de uma solução para o desenvolvimento industrial, de ciência, tecnologia e indústria associada a toda aquela área.

O Conselheiro Luís Reis cumprimentou o estudo pela pertinência, pela metodologia, pela profundidade e pelo detalhe.

Disse que irá analisar o documento e fará chegar os seus comentários.

Associou-se ao tema da medição que considera relevante. Na sua opinião, é possível pegar nos *rankings* internacionais, que têm múltiplos indicadores, e associar instrumentos de medição e metas a cada uma das variáveis que fazem mudar esses *rankings*.

Quanto ao tema da organização, considerou que o tema da forma tem de ser realizado fora da intervenção pública, do ponto de vista da contratação pública, entre outras. Referiu que existem várias soluções sejam associações, sejam consórcios e podem trazer para essa associação ou para esse consórcio entidades que estejam fora do Porto mas que contribuam para a estratégia que se pretende instalar.

Sublinhou que a sua preocupação é com quem é que vai ser o "motor" e concorda que o "motor" seja a Câmara do Porto.

O representante da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Nuno Torres deu os parabéns pelo trabalho realizado. Disse que irá apreciar o documento com mais tempo e detalhe para depois apresentar sugestões de alteração.

Perguntou se a estratégia de especialização inteligente está articulada com a especialização regional.

Relativamente à orgânica e ao modelo de gestão, perguntou se na questão do financiamento existe um compartimento já previsto para a própria organização.

Quanto à questão da reindustrialização, perguntou se a mesma foi colocada no diagnóstico como oportunidade.

Considerou que a ligação entre os serviços e a academia será importante ao nível da corporização do conhecimento e de ligação à indústria transformadora.

Deu nota de que a AEP, há já algum tempo, apresentou um programa de reindustrialização que versa sobre a indústria e sobre os serviços de apoio.

O representante do ACP – Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho disse que vai analisar com mais cuidado o Plano para poder dar mais contributos.

Considerou que este projeto tem um desafio muito grande, que é tentar envolver o resto da Região. Referiu que esta ligação com o resto da Região pode fazer com que o projeto seja mais bem entendido.

Afirmou que é completamente a favor do projeto, mas receia que se não houver algumas ligações à Região possa haver críticas injustas, que podem prejudicar o sucesso do projeto.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que o Porto, nas últimas décadas, foi alvo da concorrência leal dos municípios vizinhos. Deu como exemplo Vila Nova de Gaia, que, durante anos, cercou o Porto com centros comerciais. Referiu que o Porto, durante anos, perdeu capacidade e competitividade.

Sublinhou que ele próprio é resultado da vontade que o Porto teve de voltar a ter um protagonismo diferente. Referiu que o Município do Porto, em termos do Portugal 2020, está com uma taxa de execução de mais de 80% e a Região está com cerca de 60%, porque são mais competentes na atração de Fundos; se isto causa espanto e incómodo aos seus vizinhos, considera que estão a atuar bem.

Disse que a terciarização dos municípios vizinhos à volta do Porto foi feita à custa do Porto, o que é legítimo.

Concordou com a afirmação de que é preciso ter muito cuidado com aquilo que é a perceção que possa haver relativamente aos seus objetivos.

Disse que gostaria, com alguns municípios vizinhos, que tem uma visão estratégica próxima da estratégia do Porto, de criar novos vínculos que podem passar por uma eventual fusão a longo prazo.

Considerou positivo existir uma liga de cidades e concordou que é preciso ter prudência na forma como se assumem.

Na sua opinião, têm de ser generosos e partilhar com os seus vizinhos as suas preocupações e os seus planos, mas têm de dizer que este é o caminho que vão seguir.

Sublinhou que não podem ter vergonha daquela que é a sua ambição e a sua ambição é fazer com que a Cidade do Porto seja uma cidade que retome um protagonismo que teve e que incomoda Lisboa.

Disse que a Cidade do Porto investe 7% do seu Orçamento em Cultura, que vai beneficiar toda a área metropolitana, onde não há nenhum investimento em Cultura. Acrescentou que também o incomoda que a taxa de cobertura das escolas da Cidade do Porto seja de 130%, o que significa que em cada 130 estudantes há 100 que são da Cidade do Porto e 30 que são de fora. Sublinhou que o investimento que fizeram no pré-escolar e no 1.º Ciclo foi impressionante.

Considerou que a Investe Porto tem sido uma máquina de atração de investimento sem benefícios fiscais, ou seja, estão a demonstrar que é possível atrair investimento sem dar benefícios fiscais e isso resulta de uma estratégia montada na Cidade que envolve todas as pessoas que aqui estão presentes; envolve a Universidade; envolve Serralves; envolve a Casa da Música; envolve os museus; envolve os mais jovens; e envolve a noite.

A Conselheira Patrícia Lopes agradeceu a apresentação. Afirmou que estão perante um documento brilhante e teve o gosto de participar na sua elaboração. Deu nota de que irá analisar o documento com maior profundidade e dará os seus contributos.

Referiu que têm 232 mil habitantes, não têm espaço para a construção nem para trazer indústria, e têm pouco espaço para instalar pessoas, portanto, gostava de perceber como é que se fecha este ciclo neste plano estratégico. Sublinhou que, não tendo espaço e não podendo avançar em determinadas áreas de especialização, a ligação com as cidades vizinhas é inevitável neste momento. Disse que este plano estratégico vai trazer benefícios e externalidades positivas para as outras cidades.

Sobre o tema da reespecialização, disse que os temas logísticos e os problemas que estão a surgir na sequência da guerra vão trazer oportunidades para Portugal, para a Região Norte e para a Cidade do Porto nesta reespecialização. Sublinhou que, no caso da Cidade do Porto, não tendo oportunidades de industrialização, tem imensas oportunidades no domínio das tecnologias.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que o lema da sustentabilidade é exatamente gerir os limites e gerir a pressão que colocam do ponto de vista de Cidade e, portanto, aquilo que pretendem é aproveitar melhor o espaço de Cidade.

Afirmou que o Porto tem um papel importante do ponto de vista de atração; o Porto ganhou um capital de valor percebido a nível internacional como um destino de excelência do ponto de vista de localização empresarial.

Considerou que o Porto, pela questão espacial que tem, ou seja, tem um constrangimento de território, tem de se especializar do ponto de vista das indústrias de maior valor acrescentado e tem de criar uma estratégia regional para que depois a Região capte aquilo que não tem lugar dentro da Cidade do Porto.

A Conselheira Maria do Carmo de Oliveira considerou que se o Porto se conseguir afirmar como uma referência a nível da sustentabilidade será uma ajuda para atrair talento e investimento.

Referiu que as políticas públicas refletem aquilo que as pessoas pensam e pretendem, neste sentido era importante que a Câmara do Porto levasse a cabo uma campanha de formação e de sensibilização para a população em geral em torno da matéria da sustentabilidade e do ambiente. Afirmou que apostaria na temática da sustentabilidade, onde ainda há muito a fazer.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que essa é uma das áreas em que estão a evoluir mais rapidamente. Sublinhou que o Porto foi escolhido, no dia anterior, como uma das 100 cidades europeias que tem de trabalhar projetos no sentido de conseguir a neutralidade carbónica em 2030, o que constitui um grande desafio. Referiu que estão a fazer esse caminho de uma forma também intermunicipal, deu como exemplo o caso da Lipor e da Empresa municipal Águas e Energia do Porto. Sublinhou que houve uma redução das perdas de água, o que tem um impacto incrível não apenas ao nível da água, mas também da energia que é necessária para fazer com que essa água chegue às torneiras.

Deu nota do grande investimento que tem sido feito no crescimento dos espaços verdes da Cidade.

O representante da UP – Universidade do Porto, José Manuel Varejão elogiou o trabalho. Considerou importante distinguir em trabalhos desta natureza os vários níveis de intervenção e as várias modalidades de intervenção. Sublinhou que é importante ter em conta que existe uma distinção entre um plano para o Município e um plano para a Cidade e isso arrasta consigo uma distinção entre aquilo que o Município vai fazer sozinho e em associação e aquilo que o Município vai fazer que é criar condições para que os outros façam.

Disse que fica sempre um pouco esquecida, em algumas destas agendas mobilizadoras mais recentes e mais promissoras, a questão da sustentabilidade. Acrescentou que ser uma cidade que se diferencia por essa via pode ser muito importante para a atração de talento e para a fixação de população.

O Senhor Vereador Ricardo Valente disse que a questão da distinção é um ponto-chave no documento que vão receber. Referiu que para cada um dos 28 componentes dos 10 eixos está claro o papel do Município, ou seja, está claramente distinguido aqueles que são projetos de Cidade e aqueles que são projetos do Município.

Em relação à sustentabilidade e ao trabalho digno, considerou que se podem orgulhar por ter na Cidade condições de trabalho que já não tinham há 15 anos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse, em relação à sinistralidade, que a Câmara tem desenvolvido um trabalho intenso com o Sindicato da Construção Civil em matérias como a fiscalização.

Deu nota de que têm vindo a tomar medidas bastante duras e, muitas vezes, mal entendidas em termos de mobilidade, mas que são tomadas para garantir que a Cidade tem baixas taxas de sinistralidade e têm, de facto, taxas de sinistralidade muito baixas. Sublinhou que a sinistralidade faz parte da sustentabilidade humana.

Realçou as políticas ativas de promoção da Saúde na Terceira Idade que têm seguido. Saliou o esforço que é feito pela Empresa Municipal no sentido de mobilizar os cidadãos seniores para participar em atividades ao ar livre.

O Presidente do Conselho Geral da UP, Fernando Freire de Sousa referiu-se ao perigo do Porto-Centrismo, mas existe algo diferente que é o Porto-Centrismo enquanto ambição no sentido genuíno da palavra.

Disse que o documento ficará perfeito se puderem introduzir uma outra dimensão, além de todas as dimensões que foram referidas e que devem ser reorganizadas, que é a dimensão relacionada com o Porto-Centrismo genuíno.

Considerou que Porto-Centrismo genuíno é colocar os cidadãos do Porto e alguma elite, no bom sentido da palavra, a discutir determinados assuntos de interesse local, regional e nacional.

Disse que o Porto tem a pretensão de ter uma palavra a dizer sobre os problemas do País e há problemas do País que têm de ser discutidos e isso cabe, provavelmente, numa estratégia de Cidade.

Referiu que se fizerem uma ligação a Famalicão, que é o concelho mais industrial do Norte, e se trabalharem a dimensão dos serviços ligados à indústria transformadora passam a ter uma outra moral e uma outra capacidade para se reivindicarem como sendo parte de algo.

Considerou que tudo o que está no projeto está correto, provavelmente precisa de umas pequenas refocações e de eliminação de algumas sobreposições. Acrescentou que precisam de trabalhar as vantagens do Porto-Centrismo no bom sentido.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a CMP tem tido um trabalho mais ativo com Famalicão, prova disso foi o pedido que Famalicão fez para que o Porto promova a inclusão de Famalicão na Área Metropolitana do Porto. Referiu que existe um conjunto de políticas que aplicam no Porto e que Famalicão aplica que resultam de um diálogo muito profundo e de uma troca de impressões muito intensa.

Disse que não vão ter tempo para discutir o próximo ponto. Referiu que vão precisar de duas a três semanas para marcar uma próxima reunião, sendo que gostariam que os Conselheiros partilhassem entre si e com a Câmara os contributos que entendam úteis. Sugeriu discutirem os outros pontos que estão nesta agenda na próxima reunião.

O Senhor Vereador Ricardo Valente propôs a criação de uma “nuvem” do CME onde colocariam o estudo completo e depois cada um daria os seus contributos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira pediu para ser dada ao Senhor Eng. Reis Campos a Recomendação que foi aprovada no Executivo Municipal sobre a simplificação da contratação pública em situação de crise.

Foi dado conhecimento.

3. Desafios Económicos 2022:

- Cadeia Logística Global, Inflação e Crise Geopolítica.

Adiado.

4. Outros Assuntos.

Adiado.

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu os contributos de todos e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



Rui Moreira



ANEXO I
Lista de Presenças



**Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24**

Reunião Ordinária, de 27/04/2022
Lista de Presenças

Página 1 de 3

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Sebastião Feyo de Azevedo	
Pelouro das Finanças, Atividades Económicas e Fiscalização, Economia, Emprego e Empreendedorismo.	Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente	
ACP – Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
ACP – Associação de Comerciantes do Porto	Joel André Azevedo	
AEP – Associação Empresarial de Portugal	Nuno Torres	
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Fernando Gaspar Vieira	
AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte	Manuel Joaquim Reis Campos	
AMP – Área Metropolitana do Porto	Vicente Pinto	
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários	Pedro Guerreiro	
CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical	Filipe Manuel Pereira	
Comunidade Portuária do Douro e Leixões	Nuno Araújo Diogo MAGALHÃES	



Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24

Reunião Ordinária, de 27/04/2022
Lista de Presenças

Página 2 de 3


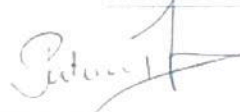
IPP – Instituto Politécnico do Porto	Fernando Magalhães	
Universidade do Porto	José Manuel Varejão	
UGT – União Geral de Trabalhadores	Clara Quental	
Representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara		
Economista	José Manuel Marques da Silva Lemos	
Gestora de Marketing	Inês Santos Silva	
Administradora Não-Executiva da Altri	Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira	
UP- Presidente do Conselho Geral	Fernando Freire de Sousa	
Vogal do Conselho de Administração da Impresa – SGPS, SA	Guilherme Costa	
Fundador e CEO da Uniplaces	Luis Miguel Gonçalves Vieira Santo Amaro	
Administrador	José Carlos Caldeira	
Chief Corporate Center Officer - Sonae	Luis Filipe Reis	
Empresário	Miguel Espargueira Mendes Pereira Leite	



Conselho Municipal de Economia do Porto /
Casa dos 24

Reunião Ordinária, de 27/04/2022
Lista de Presenças

Página 3 de 3

Empresário	Vasco Mourão	
Administrador	Francisco Ramos	
Associate Dean da Porto Business School	Patricia Teixeira Lopes	



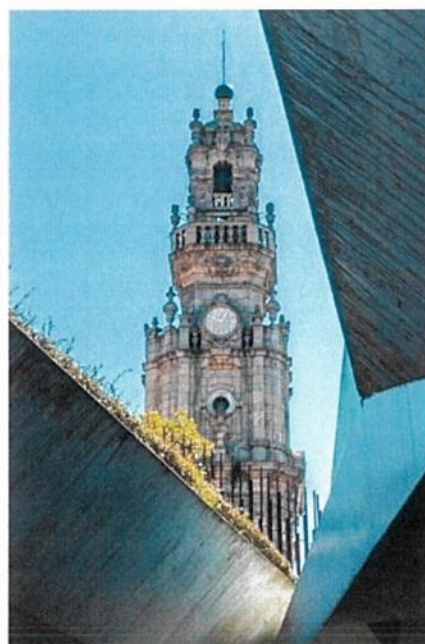
ANEXO II

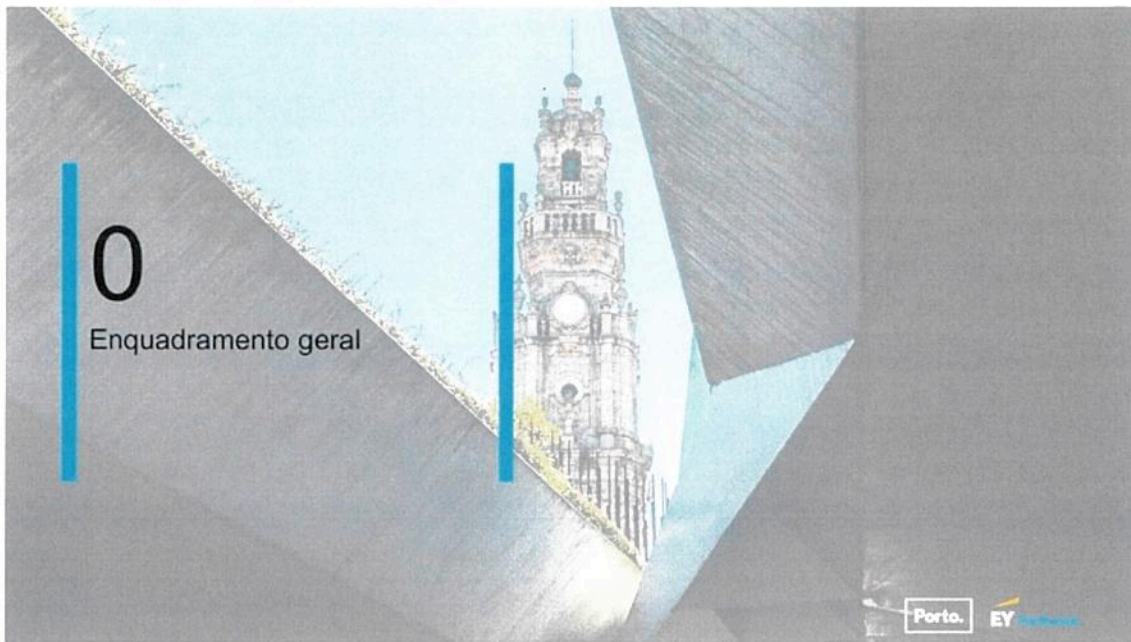
Apresentação Senhor Vereador Ricardo Valente



Agenda

0. Enquadramento geral
1. Aspetos chave do diagnóstico
2. Balanço do processo de auscultação
3. Visão e estratégia
4. Plano de ação





0

Enquadramento geral

D Enquadramento geral

A Estratégia de Desenvolvimento Económico do Porto (PEDE Porto 2030) foi preparada em **três etapas** inter-relacionadas

A abordagem do PEDE Porto



Página 4

Porto. EY Parthenon



1

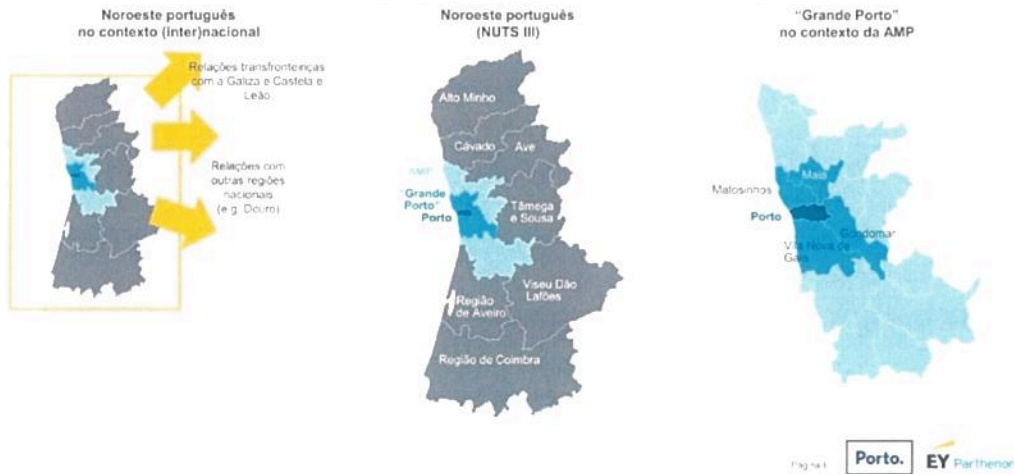
Aspetos chave do diagnóstico

1. Aspectos chave do diagnóstico

O Porto, o “Grande Porto” e a Área Metropolitana do Porto (AMP) integram e encabeçam a macrorregião do **Noroeste português** (e peninsular)

Posicionamento geográfico

Porto como líder, iman e motor da macrorregião do Noroeste português (e peninsular)



Handwritten signature or mark.

1 Aspectos chave do diagnóstico

A perda de população e o envelhecimento populacional constituem importantes desafios de sustentabilidade demográfica no Porto e sua envolvente, tal como no país

Demografia e população



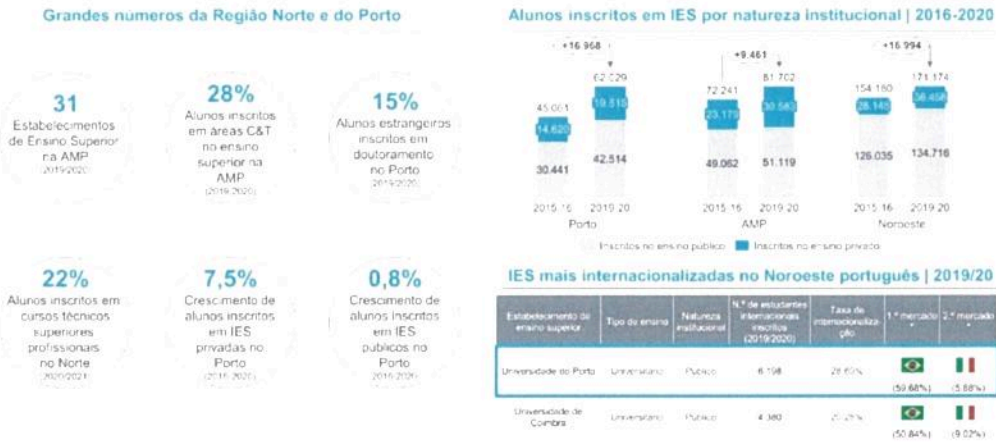
Fonte: INE. Estimativas anuais da população; indicadores demográficos; População estrangeira com estatuto legal de residente

Figura 7 Porto. EY Parthenon

1 Aspectos chave do diagnóstico

O Porto e o Noroeste português concentram uma oferta de ensino superior muito relevante no país, assumindo-se como polo de formação de talento qualificado e de conhecimento

Talento e ensino



Fonte: DGECC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Figura 8 Porto. EY Parthenon

1. Aspectos chave do diagnóstico

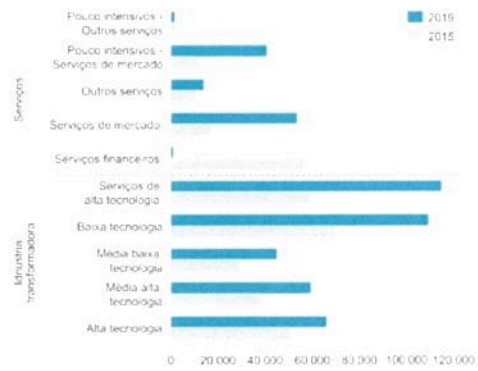
O investimento em C&T e em I&D constitui um motor de inovação e de melhoria da performance operacional no Porto, na AMP e no Noroeste português

C&T e I&D

Grandes números da Região Norte



Despesas em I&D das empresas por intensidade tecnológica no Norte | 2015 a 2019



Fonte: INE, INE (2015), EY, Parthenon

Porto. EY Parthenon

1. Aspectos chave do diagnóstico

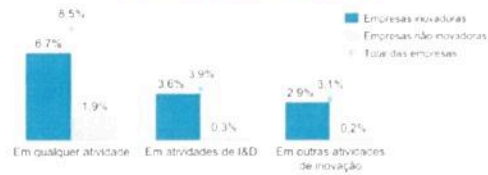
O ecossistema de inovação e empreendedorismo do Porto, da AMP e do Noroeste português favorece muito o seu potencial de desenvolvimento futuro

Empreendedorismo e inovação

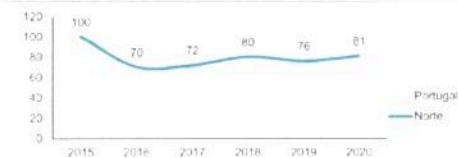
Região Norte em matéria de inovação



Empresas que cooperaram com outras empresas ou organizações, segundo as atividades de cooperação, em % do total de empresas | 2016-2018



Pedidos de invenções, por milhão de habitantes | 2015-2020



Fonte: DGEEC e INE, Instituto Coordenado de Inovação | CITE 2018

Porto. EY Parthenon

km

1. Aspectos chave do diagnóstico

O Porto é o município de maior relevância em termos de atividade económica no contexto da AMP e apresenta uma preponderância significativa no contexto regional

Dinâmica empresarial e especialização produtiva

Grandes números do Porto

45.568
estabelecimentos
20,2% da AMP (2019)

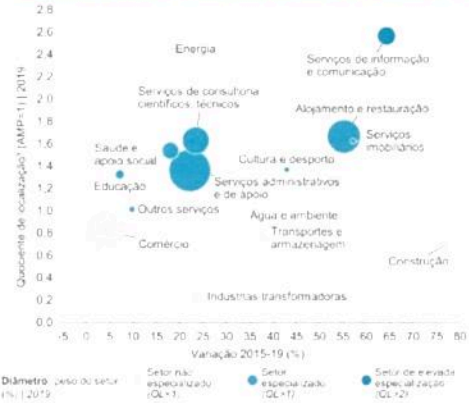
14.673 m€
volume de negócios
20,7% da AMP (2019)

161.333
pessoal ao serviço
21,2% da AMP (2019)

1.100 est./km²
densidade de estabelecimentos
111 na AMP (2019)

322 m€
volume de negócios
pr estabelecimento
315 na AMP (2019)

Especialização produtiva do Porto com base no emprego dos estabelecimentos (AMP=1) | 2019



Notas: O gráfico de bolhas mostra o peso do volume de negócios no emprego no setor e segue o mesmo padrão do gráfico de bolhas que mostra o volume de negócios no emprego. Baseia-se no total do emprego da AMP. Fonte: INE, Região Central do Território, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, Censos 2019, Sistema de contas integradas das empresas

Página 11



1. Aspectos chave do diagnóstico

As atividades de comércio e serviços são as principais âncoras económicas do Porto, aliadas à sua notoriedade como destino turístico de referência internacional

Análise setorial

Comércio e serviços



- Setor do comércio e serviços com forte presença no tecido empresarial do Porto (**92% dos estabelecimentos, 88% do emprego e 79% volume de negócios**, em 2019)
- **Serviços às empresas** concentram a maioria dos estabelecimentos e emprego (37,7% em 2019), mas é o **comércio** que gera o maior volume de negócios (43,9% em 2019)
- Crescimento acentuado dos serviços às famílias/pessoas que se deveu sobretudo às **atividades imobiliárias e alojamento e restauração**
- Especialização produtiva em atividades de **informação e de comunicação** (2019)
- Atividades de **consultoria para a gestão e de investigação e de desenvolvimento** apresentam especial relevância face à AMP (2019)

Turismo



- **Principal polo de atração turística** da AMP e um dos mais relevantes do Noroeste de Portugal
- **Acentuado crescimento** no setor interrompido pela pandemia do Covid-19 durante o ano de 2020
- Prolongamento da **estada média** e **atenuação do efeito de sazonalidade** como principais desafios
- Distinção com **inúmeros prémios de turismo** que traduzem a sua notoriedade nacional e internacional como destino turístico único
- **MICE e enoturismo** como alguns segmentos com potencial de crescimento no Porto, a par do **city break**

Notas: Entre 2011 e 2019 o número de estabelecimentos de serviços de turismo aumentou 59,6%, sendo que nas atividades imobiliárias e no alojamento, restauração e serviços esse crescimento foi respetivamente 1,1 e 1,3 vezes. Fonte: INE, análise EY Parthenon

Página 12

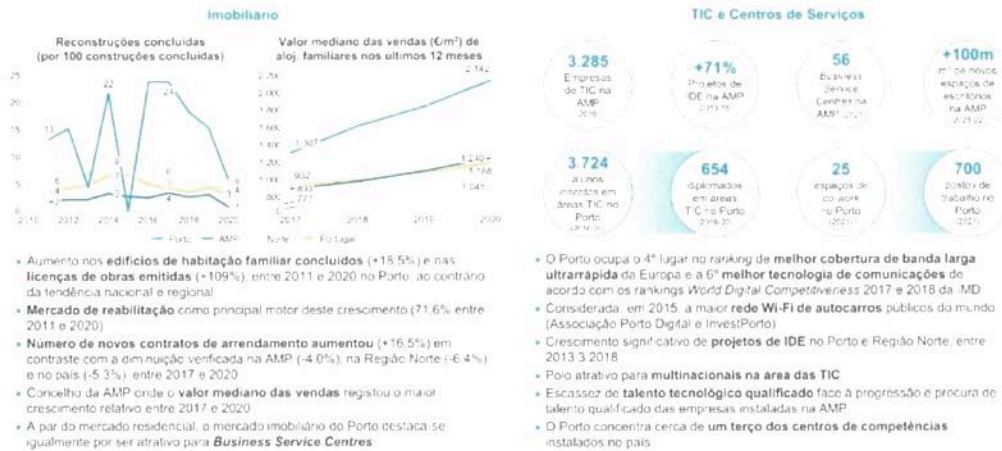


Lin

1. Aspectos chave do diagnóstico

A notoriedade do Porto como destino *business-friendly* tem estimulado as TIC, os *business service centres* e o mercado imobiliário

Análise setorial



Fonte: IMI, análise EY-Parthenon, INE, WRI, DIGITAL COMPTON, INE, SIB, PANORAMA 2021, InvestPorto, IDE TIC, estatísticas da educação, INE 2020, Business Service Centres Surveying na 13



1. Aspectos chave do diagnóstico

A cultura e as indústrias criativas, bem como as atividades ligadas à saúde humana, exibem um forte potencial de desenvolvimento no Porto, na AMP e no Noroeste português

Análise setorial



Fonte: IMI, análise EY-Parthenon



Handwritten signature or mark.

O Porto apresenta potencial para se tornar um polo dinamizador da **Economia Azul** e assumir-se como uma referência nacional e internacional na **Sustentabilidade Urbana**

Análise setorial



lin

Foram convidadas 127 entidades para os 11 Focus Groups realizados, com o objetivo de **potenciar a cocriação do PEDE Porto numa lógica bottom-up**

Sessões de auscultação e estatísticas de participação



Alguns dos **desafios, tendências e necessidades de ação** identificados foram discutidos de forma transversal em mais do que um *focus group*

Tópicos referidos transversalmente



Lin



3 Visão e estratégia

Considerando o diagnóstico realizado, identificam-se **5 grandes desafios** de longo prazo para o Porto, que devem motivar diretamente as suas **grandes ambições** para o futuro

Desafios e ambições

Grandes desafios do PEDE Porto

- D1** Resposta às **necessidades crescentes de talento**, reforçando a capacidade instalada de produção de capital humano e atraindo recursos humanos à escala global.
- D2** Aumento da **inovação e sofisticação da economia** através da incorporação de conhecimento e tecnologia nas atividades maduras e do desenvolvimento de novas atividades avançadas.
- D3** Exploração das oportunidades decorrentes dos **objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)** nomeadamente ambientais (descarbonização, economia circular, bioeconomia) e sociais.
- D4** Intensificação da **competitividade internacional enquanto cidade-região de referência** para viver, trabalhar, estudar, visitar e investir.
- D5** Progressão para um **novo patamar em matéria de atração de investimento** nacional e internacional, quer em dimensão quer em sofisticação.

Grandes ambições de futuro do PEDE Porto

- A1** **Talento**
Reforçar o posicionamento do Porto entre as **cidades europeias de média dimensão mais destacadas em matéria talento**
- A2** **Inovação**
Intensificar o posicionamento do Porto entre as **cidades europeias de média dimensão mais inovadoras**
- A3** **Sustentabilidade**
Posicionar o Porto como **cidade first mover no domínio da sustentabilidade ambiental e social** na Europa
- A4** **Competitividade**
Fortalecer o posicionamento do Porto entre as **cidades europeias de média dimensão mais competitivas**
- A5** **Atratividade**
Consolidar o posicionamento do Porto entre as **cidades europeias de média dimensão mais atrativas para investimento**

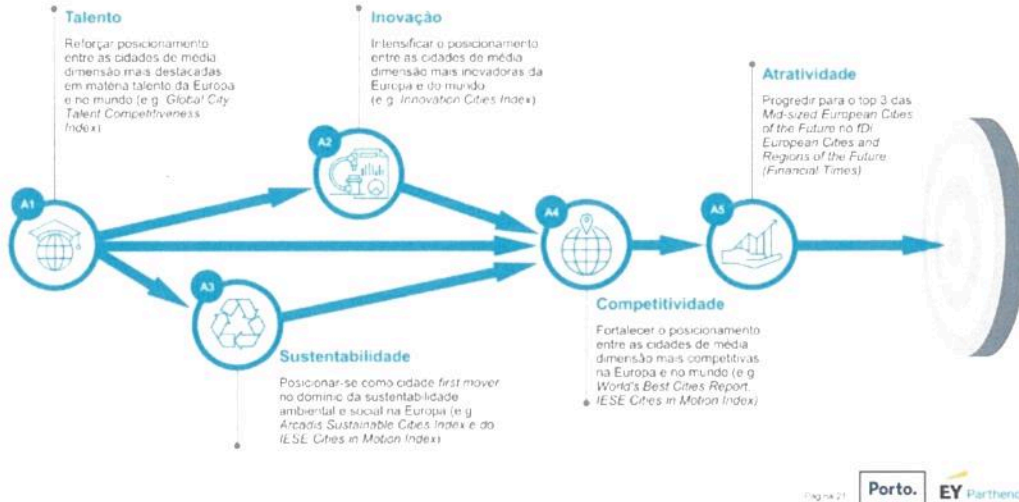
Página 20



Lin

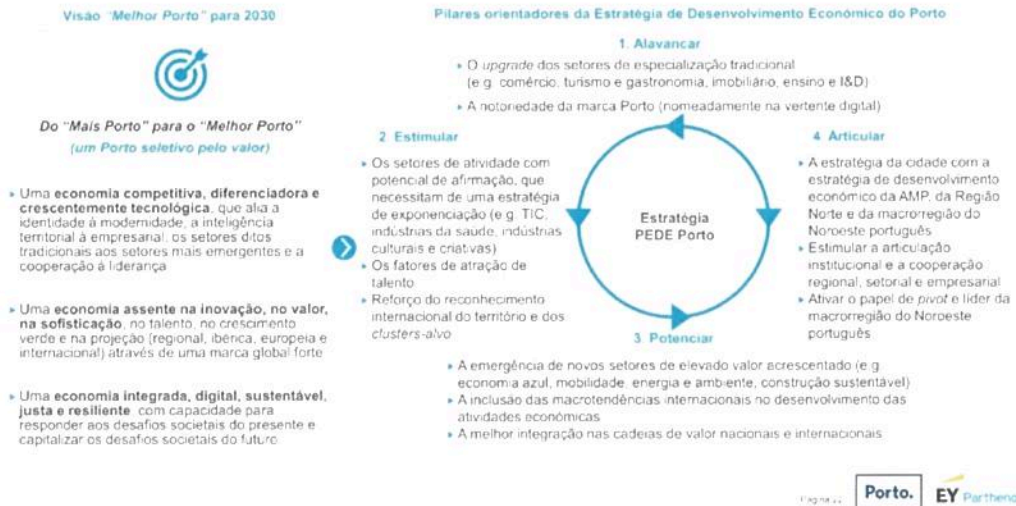
A concretização do PEDE Porto visará contribuir para alcançar um conjunto ambicioso de metas no horizonte da próxima década e meia

Ambições e respetivas métricas do PEDE Porto a 2035



As ambições previstas para o desenvolvimento económico da cidade estimulam uma visão para um "Porto Melhor" e uma estratégia assente em 4 pilares orientadores ...

A visão e os pilares orientadores



Um

3 Visão e estratégia

...E uma proposta estratégica assente na **consolidação da oferta de valor económico e empresarial do Porto, alinhada em Vetores de Orientação e Eixos Estratégicos ...**

Abordagem da estratégia

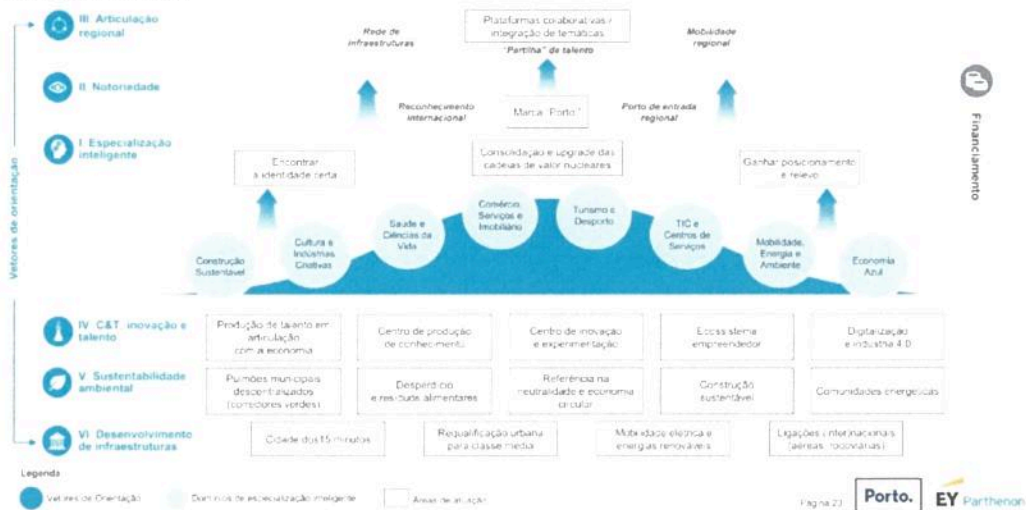


Fig. 23 Porto. EY Parthenon

3 Visão e estratégia

... Cuja estratégia seja estruturada em torno de **seis Vetores de Orientação temáticos, um vetor transversal ...**

Vetores de Orientação



Fig. 24 Porto. EY Parthenon

lin

3 Visão e estratégia

... E em dez Eixos Estratégicos que operacionalizam os seis Vetores de Orientação temáticos em apreço ...

Eixos Estratégicos

Dez eixos estratégicos cujo espectro de atuação decorre dos Vetores de Orientação

O grau de articulação com os Vetores de Orientação ocorre a diferentes escalas – integral, parcial ou sem articulação

Os Eixos Estratégicos estabelecem a ponte entre os Vetores de Orientação e as linhas de atuação da estratégia (componente intermédia)

Espectro temático dos eixos tem subjacente uma visão macro do desenvolvimento económico

- 
1 Consolidação e upgrade das cadeias de valor
 Melhorar o perfil competitivo da economia do Porto através de uma estratégia de especialização inteligente sofisticada
- 
2 Reforço do posicionamento e do relevo
 Reforçar o posicionamento de liderança do Porto na macrorregião do Noroeste português e o relevo internacional da marca "Porto"
- 
3 Identidade urbana
 Associar a identidade do Porto-região a "qualidade de vida", atuando ao nível da regeneração urbana, da mobilidade e da inteligência urbana
- 
4 Produção e atração de talento
 Aumentar a procura do talento qualificado em setores-chave de atividade económica
- 
5 I&D, empreendedorismo e inovação
 Consolidar o sistema de C&T e de I&D do Porto e região envolvente de acordo com a lógica de especialização inteligente e promover o empreendedorismo e a inovação
- 
6 Economia verde e transição climática
 Reforçar a circularidade da economia e da atividade empresarial e implementar medidas eficazes de combate as alterações climáticas em direção a neutralidade carbonica
- 
7 Mobilidade e conectividade
 Promover soluções de mobilidade e conectividade (internacionais, nacionais regionais e locais) eficientes e verdes
- 
8 Cidade eficiente
 Associar à cidade uma rede de serviços mais eficiente e sustentável, capitalizando o potencial da digitalização, da descarbonização e da economia circular
- 
9 Marca "Porto." e notoriedade inteligente
 Aumentar a notoriedade e o reconhecimento do Porto em áreas-chave associadas à atração de investimento, empresas e pessoas
- 
10 Gestão da rede regional
 Promover a articulação sinérgica regional do Porto nas dimensões da funcionalidade dos territórios e das relações institucionais

3 Visão e estratégia

... Em que os seis vetores de orientação se articulam, em diferentes magnitudes, com os dez eixos estratégicos definidos

Articulação estratégica

Vetores de Orientação					
I. Especialização inteligente	II. Notoriedade	III. Articulação regional	IV. C&T, inovação e talento	V. Sustentabilidade ambiental	VI. Desenvolvimento de infraestruturas
Eixo 1	Eixo 1	Eixo 1	Eixo 1	Eixo 1	Eixo 1
Eixo 2	Eixo 2	Eixo 2	Eixo 2	Eixo 2	Eixo 2
Eixo 3	Eixo 3	Eixo 3	Eixo 3	Eixo 3	Eixo 3
Eixo 4	Eixo 4	Eixo 4	Eixo 4	Eixo 4	Eixo 4
Eixo 5	Eixo 5	Eixo 5	Eixo 5	Eixo 5	Eixo 5
Eixo 6	Eixo 6	Eixo 6	Eixo 6	Eixo 6	Eixo 6
Eixo 7	Eixo 7	Eixo 7	Eixo 7	Eixo 7	Eixo 7
Eixo 8	Eixo 8	Eixo 8	Eixo 8	Eixo 8	Eixo 8
Eixo 9	Eixo 9	Eixo 9	Eixo 9	Eixo 9	Eixo 9
Eixo 10	Eixo 10	Eixo 10	Eixo 10	Eixo 10	Eixo 10

Financiamento

Legenda:

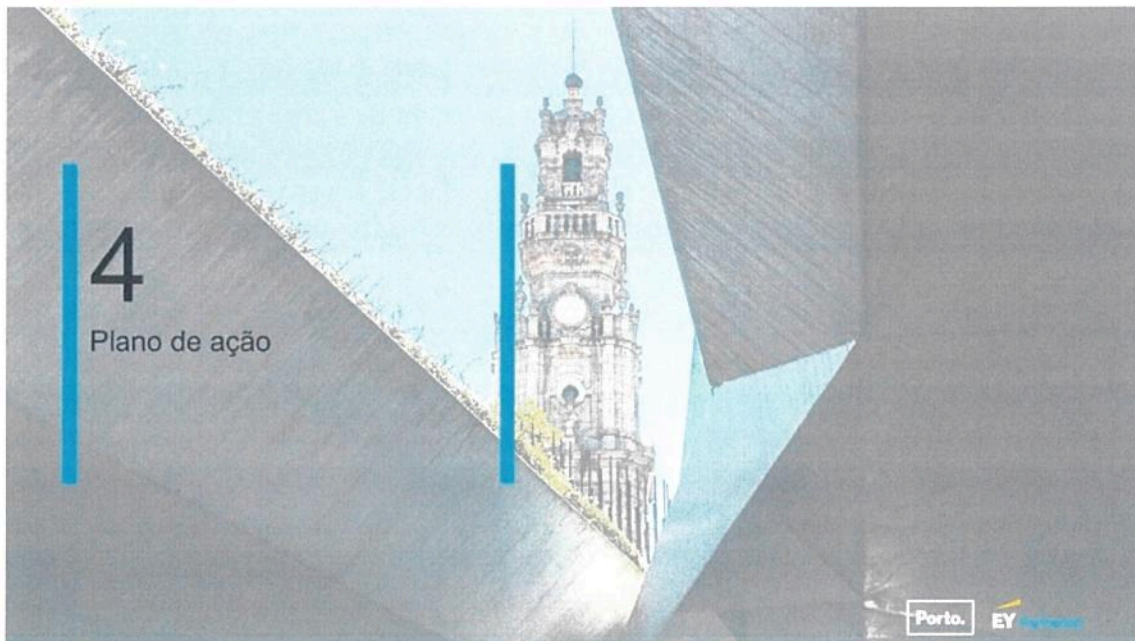
-  Articulação integral
-  Articulação parcial
-  Sem articulação



Tendo em conta as vantagens comparativas e competitivas que o Porto e o Noroeste português apresentam, foram definidos **8 domínios de especialização inteligente**

Domínios de especialização inteligente

Domínios de Especialização Inteligente do PEDE Porto



4 Plano de ação

O plano de ação será ativado através de um **conjunto nuclear de projetos estruturantes** que irão sustentar a estratégia de desenvolvimento económico proposta

Projetos estruturantes

Sinopse dos projetos estruturantes do PEDE Porto



4 Plano de ação

A seleção dos projetos estruturantes foi baseada em critérios de **ganho de escala, de impacto no desenvolvimento económico e de colaboração regional**

Detalhe dos projetos estruturantes



Os projetos estruturantes constituirão **respostas operacionais** aos desafios de desenvolvimento do Porto, decorrendo do processo de *auscultação* e de *benchmarking*

Detalhe dos projetos estruturantes

PE4 **City for Business and Investment**

- **C4.1. Leading Investors Program** – programa de *strategic account management* para investidores com projetos de alto valor estratégico para o desenvolvimento económico do Porto
- **C4.2. Reconversão e exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto** – um dos maiores investimentos na requalificação urbana do Porto que pretende transformar a zona oriental da cidade num espaço fértil para a cultura e inovação social

Green Porto

- **C5.1. Mobilidade e Transportes Sustentáveis** – criação de uma plataforma de gestão de carregamentos de veículos elétricos em edifícios com geração de energia elétrica de base renovável
- **C5.2. Transição Energética** – criação de comunidades de energia renovável (CER) em edifícios de habitação social e apoio ao combate à pobreza energética e descarbonização da energia consumida nas infraestruturas públicas municipais
- **C5.3. Construção e Edifícios Sustentáveis** – reabilitação dos edifícios municipais e incentivo à reabilitação dos edifícios de propriedade privada de modo a torná-los energeticamente mais eficientes, sustentáveis e circulares
- **C5.4. Empreendedorismo Verde** – construção de infraestruturas de inovação e incubação de ideias e negócios sustentáveis e circulares
- **C5.5. Gestão Inteligente de Recursos** – criar as condições para que a gestão de resíduos e água gerados no conceito e na região envolvente se transforme numa verdadeira gestão de recursos pela via da criação de novos produtos

Cultural and Creative Porto

- **C6.1. Creative Education and Training** – criação de um hub de inovação que faça a ligação entre a educação e as artes
- **C6.2. Creative Entrepreneurship Lab** – programa de promoção do talento criativo do Porto e Norte, com vista ao apoio à criação de negócios sustentáveis e com potencial de crescimento no contexto da cadeia de valor do setor em contexto digital
- **C6.3. Centro de Produção Digital** – experimentação e criação digital por parte de criadores profissionais e apoiado por uma operadora de TV e multimédia
- **C6.4. CoLAB ORAMA** – criação de um polo do CoLAB nacional para as indústrias culturais, criativas e do audiovisual

Página 31



O Município do Porto assumirá diferentes papéis na implementação dos projetos estruturantes: **promotor, copromotor, parceiro e facilitador**

Detalhe dos projetos estruturantes

PE7 **Wise Destination**

- **C7.1. Diferenciação e Projeção do Turismo** – qualificação do turismo, através da promoção intensa e incisiva de produtos integrados de turismo na região, do fomento da boa convivência entre turistas e residentes e do aumento da qualidade da oferta
- **C7.2. Comércio com Valor** – programa de qualificação dos estabelecimentos comerciais do Porto centrado na oferta de formação, serviços de consultoria e apoio na digitalização dos negócios

Health Business

- **C8.1. Incubadora "humida"** – criar e ativar uma plataforma física e imaterial de apoio à emergência e ao desenvolvimento de negócios inovadores na área da saúde
- **C8.2. Veículo de financiamento** – criação de instrumentos de financiamento de risco especializados que acomodem as especificidades do setor da saúde
- **C8.3. Promoção Internacional do cluster regional da saúde** – fomento da notoriedade internacional do *Porto Health Cluster* e do Nordeste português como hub de referência nos domínios da saúde

Blue Economy

- **C9.1. Soluções para a Transição Digital e Reconversão das Atividades Tradicionais** – potenciar e reconverter as atividades tradicionais do setor através do apoio à digitalização e investimento em I&D
- **C9.2. Espaço de incubação para as atividades emergentes** – fomentar e desenvolver as atividades emergentes, através de um espaço de incubação para empresas ligadas ao setor

(e)Sports and Football

- **C10.1. Arena Liga Portugal** – criação de um hub de inovação dedicado ao desporto fortemente centralizada no centro de competências e na internacionalização das suas valências
- **C10.2. Eventos Desportivos de Grande Dimensão** – programa de promoção de eventos no Porto e Nordeste português ligados ao desporto, com vista à dinamização da cidade enquanto hub desportivo

Página 32



h.

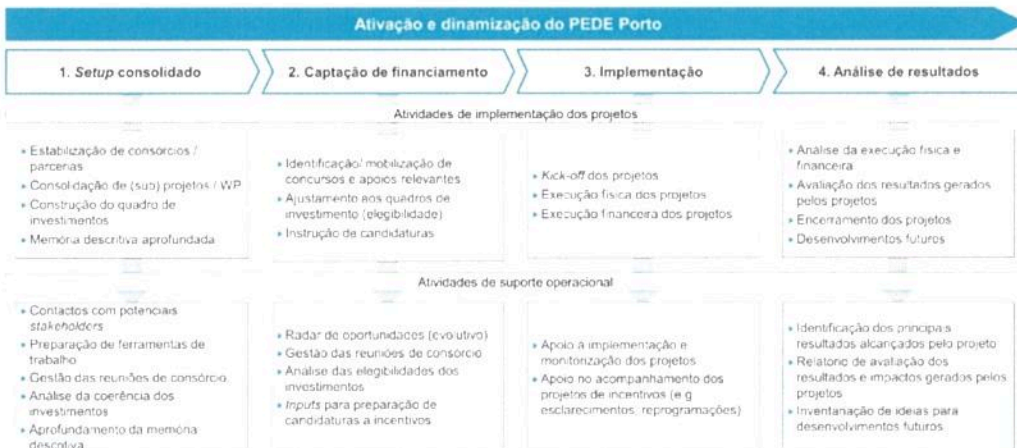
O modelo de governação previsto para o PEDE Porto assenta numa **estrutura que se pretende ágil, representativa e focada**

Modelo de governação do PEDE Porto



A implementação do PEDE Porto baseia-se em **4 momentos-chave**: a consolidação do *setup*, a captação de financiamento, a implementação e a análise de resultados

Modelo de implementação do PEDE Porto



Handwritten signature